

**LANÇAMENTO**  
**PROGRAMA DE GOVERNANÇA DE ESTATAIS**

**Discurso do Presidente Leonardo Pereira em 02/04/2015**

*Antes de começar, ressalto apenas que as opiniões que estarei expressando aqui hoje refletem a minha visão pessoal e não a dos demais membros do Colegiado ou da CVM como instituição.*

Acredito que todos nós aqui concordamos com o papel-chave que um mercado de capitais sólido e bem estruturado pode e deve exercer no processo de desenvolvimento econômico e social de qualquer país.

O mercado de capitais é uma fonte cada vez mais natural, necessária e complementar de financiamento.

E esse papel ganha ainda mais relevância considerando os enormes desafios para financiar de forma adequada os projetos de infraestrutura, e de se apoiar o desenvolvimento sustentável de pequenas e médias empresas.

Garantir que isso aconteça, mediante o estabelecimento de um mercado seguro e eficiente, aumenta significativamente a responsabilidade de todos os agentes envolvidos nesse esforço.

E digo isso, pois, não obstante o papel proeminente da CVM como órgão regulador, trata-se, na verdade, de missão conjunta e complementar entre CVM, entidades autorreguladoras, companhias e demais participantes do mercado.

O dinamismo do mercado de capitais nos exige sempre agir com eficiência e priorizar os assuntos sensíveis, otimizando a utilização de nossos recursos, amparados, por exemplo, na importante atuação complementar de autorreguladores bem estruturados e consolidados, como a BM&FBOVESPA.

Todos aqui estamos cientes do momento de mudanças pelo qual a economia brasileira está passando, e de como isso afeta o grau de confiança dos investidores.

O mercado de capitais, por definição, tem como pilares a confiança e a segurança.

E para assegurar a presença desses elementos, não tenho dúvidas a respeito do protagonismo do desenvolvimento e da consolidação de estruturas eficientes de governança.

Discussões sobre governança corporativa nunca se esgotam, e serão sempre atuais. É um tema que não sai da pauta da CVM, nem de outros órgãos reguladores dos mercados de capitais, como se evidencia nas reuniões ordinárias e regulares da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO).

Isso faz com que a CVM também priorize sua participação de forma ativa em outros fóruns internacionais de governança, como o Comitê de Governança da OCDE, e acompanhe as discussões que acontecem sobre o tema no Brasil (exemplos: IBGC e Grupo de Trabalho Interagentes).

Uma boa estrutura de governança traz conforto aos investidores, promove o alinhamento de interesses, preserva estruturas de negócios e otimiza processos de captação de recursos, além de monitorar e gerenciar potenciais riscos.

E isso vale para qualquer estrutura organizacional.

Boas práticas de governança contribuem, afinal, para o bom desempenho e a sustentabilidade dos negócios, por meio da criação de um ambiente empresarial mais sólido, responsável e transparente.

Considerando os desdobramentos dos últimos acontecimentos, especialmente aqueles envolvendo casos de alta visibilidade envolvendo algumas estatais e empresas do setor privado, tenho convicção de que um projeto sólido, voltado ao aprimoramento das práticas de gestão e da transparência das informações, se reveste de caráter fundamental.

Sabemos que as empresas, especificamente as estatais, têm suas peculiaridades. E isso, é claro, deve ser respeitado no desenho de uma boa estrutura de governança. Um ponto, no entanto, é certo: não há justificativas impeditivas para a adoção de estruturas sólidas!

Tenho convicção de que parte significativa dos desacertos que deram origem ao momento que vivemos poderiam ter sido evitados ou mitigados se essas empresas ostentassem estruturas de governança mais blindadas e adequadas às suas características, bem como práticas mais transparentes.

Também vejo que o projeto apresentado pela BM&FBOVESPA, ao concentrar suas propostas na transparência e divulgação de informações, nos controles internos e no processo de escolha dos administradores, está alinhado com as preocupações e medidas da CVM para o fortalecimento do mercado como um todo.

Nesse sentido, estamos atentos e atuantes. E gostaria de citar alguns exemplos concretos:

- (i) aprimoramos o regime informacional das companhias, com, dentre outras medidas, a aprovação da Orientação CPC 07, reforçando a importância da clareza das demonstrações financeiras, de modo a diminuir a quantidade e aumentar a qualidade das informações;
- (ii) quanto às políticas de gerenciamento de riscos e controles internos, estimulamos a adoção dos Comitês de Auditoria Estatutários (mediante a Instrução CVM nº 509) e, passamos a exigir que as companhias divulguem ao mercado tais políticas e controles, assim como seus níveis de eficiência e fragilidades (com a aprovação da Instrução CVM nº 552, em vigor desde janeiro); e
- (iii) na disseminação de uma consciência mais abrangente sobre a responsabilidade dos administradores, enfatizamos que a diligência de sua conduta, evidentemente, não se exaure apenas pela observância formal dos mecanismos e controles.

Obviamente, todas essas questões são fundamentais à definição de qualquer boa estrutura de governança.

Não tenho dúvidas, entretanto, de que as características das empresas estatais demandam avanços ainda mais precisos, de modo a mitigar as incertezas e a desconfiança de acionistas e investidores decorrentes de práticas deficientes no seu âmbito.

Notadamente, quem opta por investir em ações de empresas estatais deve ter consciência de que a companhia tem uma vertente voltada ao interesse público que justifica a sua criação.

Tratando-se, pois, de estatais, é essencial delimitar com precisão, no objeto social, os limites da sua atuação em atendimento ao interesse público, de maneira a permitir a identificação, de forma mais clara, de más condutas de seus administradores.

Logo, a companhia ter que atender ao interesse público em nada pode se confundir com uma administração sujeita a influências que conduzam a decisões eminentemente políticas, em detrimento do interesse social (o que afetará não apenas os seus investidores, mas o próprio interesse público).

É imprescindível assegurar uma administração idônea, efetivamente capaz de exercer um julgamento objetivo e independente em suas decisões, contemplando o fiel cumprimento ao objeto social – o que vale, diga-se, para qualquer companhia, pública ou privada.

Indo além, é fundamental enfatizar que o estabelecimento de comitês e estruturas internas de controle será absolutamente inócuo, se não lhes for assegurada efetividade.

Isto é, não se pode admitir a criação de mecanismos *pro forma* e que, no fim, se prestam tão somente a aumentar a burocracia no âmbito das companhias. O que devemos fomentar é o desenho de sistemas eficientes e adequados, que sejam afeitos à natureza do negócio e aptos a identificar e gerenciar riscos que possam prejudicar a sua atuação ou os seus resultados.

Isso nos traz, a meu ver, mais do que um convite à reflexão, uma grande oportunidade para fazer os ajustes necessários aos nossos atuais modelos de governança.

Justamente nesses momentos, contudo, devemos ter uma cautela redobrada para não cairmos na tentação de adotar rotas alternativas mais fáceis ou que contemplem resultados meramente imediatos.

Isto é claro: qualquer progresso só poderá ser tido como apropriado se contemplar alguns elementos nos quais o mercado se apoia.

Nesse sentido, qualidade técnica, equilíbrio, independência e, acima de tudo, credibilidade são pedras fundamentais que não podemos estar dispostos a abdicar.

E estou convicto de que a BM&FBOVESPA também compartilha desse ideal.

Por essa razão, essa louvável e oportuna iniciativa da BM&FBOVESPA tem tudo para contribuir para o amadurecimento do tema, não apenas no âmbito das estatais, mas de todas as empresas que entendem a importância do mercado de capitais e devem, portanto, estar conscientes e atentas à necessidade de aprimoramento das estruturas de governança!

Essa atitude somente ajudará a pavimentar a retomada da confiança do investidor no nosso mercado de capitais, que, sem dúvida alguma, como eu mencionei, pode e deve ser uma forte alavanca para o crescimento econômico e social do nosso país!

Obrigado.